

## ACADEMIA POPULAR DA PESSOA IDOSA (APPI): USOS E APROPRIAÇÕES ENTRE FREQUENTADORES DO MÓDULO DA PRAIA DE CAMBURI EM VITÓRIA/ES

**Recebido em:** 10/06/2016

**Aceito em:** 13/03/2017

*Vinnicius Camargo Laurindo*

*Ivan Marcelo Gomes*

*Felipe Quintão de Almeida*

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória – ES – Brasil

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar os usos e apropriações do espaço da Academia Popular da Pessoa Idosa (APPI) visando detectar as práticas cotidianas que fortalecem o seu uso como espaço público, bem como práticas e conflitos que enfraquecem o uso desse espaço. Para tanto, como estratégia metodológica, foram realizadas observações, em uma perspectiva etnográfica, para interpretar os comportamentos, atitudes e falas dos distintos usuários do Módulo da Praia de Camburi (MPC) pertencente ao programa APPI. Os resultados indicam que o MPC é constituído por um público bastante heterogêneo e apontam que a estrutura e a localização, práticas de sociabilidade e relações de pertencimento (elementos como preocupação com a manutenção do MPC e o MPC como apenas mais um lugar para onde ir) influenciam os usos e apropriações desse espaço.

**PALAVRAS CHAVE:** Academias de Ginástica. Centros de Convivência e Lazer. Idoso. Atividades de Lazer.

### POPULAR GYM OF ELDERLY: USES AND APPROPRIATIONS BETWEEN GOERS OF THE CAMBURI'S BEACH MODULE IN VITÓRIA/ES

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the uses and appropriations of the Academia da Pessoa Idosa (APPI) [People's Academy space of the Elderly] to detect the daily practices that enhance its use as a public space, as well as practices and conflicts that weaken the use of this space. Therefore, as a methodological strategy, observations were made in an ethnographic perspective to interpret the behaviors, attitudes and speeches of different users of the Módulo da Praia de Camburi (MPC) [Camburi Beach Module] belonging to the APPI program. The results indicate that the MPC consists of a heterogeneous public. The main results show that the structure and location, sociability practices and belonging relationships (elements as concern about maintaining the MPC and the MPC as just a place to go), influence the use and appropriation of this space.

**KEYWORDS:** Fitness Centers. Centers of Connivance and Leisure. Aged. Leisure Activities.

## **Introdução**

As questões em torno da propagação do fenômeno do envelhecimento foram inicialmente promovidas por organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde e a Organização das Nações Unidas, que tiveram papel fundamental na análise e comunicação do impacto do envelhecimento sobre os países em desenvolvimento, na tentativa de estimulá-los a adotar medidas para o enfrentamento dessa realidade (GOLDMAN, 2004).

As conquistas da população idosa podem ser consideradas um dos grandes avanços obtidos pela sociedade nas últimas décadas. A partir disso, em meados de 1980, tomou ímpeto, no Brasil, o movimento da sociedade civil com novos atores em cena, entre eles, professores universitários, associações, idosos politicamente organizados e alguns parlamentares comprometidos com questões sociais, exigindo a valorização e o respeito à pessoa idosa. Esse movimento da sociedade civil influenciou a construção da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), que dentre as proteções garantidas versa sobre a proteção jurídica ao idoso, a qual impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de ampará-los (GOLDMAN, 2004). Nos dias atuais são muitos os mecanismos e meios de proteção da pessoa idosa, especialmente depois da aprovação da Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2004), que passaram a colocar o direito dos idosos em pauta. Em escala global, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a instituir a implementação do conceito de “envelhecimento ativo” significando incluir, no atendimento à pessoa idosa, além dos cuidados com a saúde, ações públicas que promovam “[...] modos de viver mais saudáveis e seguros em todas as etapas da vida” (BRASIL, 2006, p.11), visando ao alcance de um envelhecimento mais saudável e com maior qualidade de vida.

A partir do reconhecimento de que deve haver um amparo à população idosa, atualmente é comum verificar, nas cidades, programas denominados de Academias Populares ao ar livre, Academias da Terceira Idade ou Academias Populares para Pessoas Idosas (APPI).<sup>1</sup> Tendo em vista a relevância que tem recebido, tanto por parte do Poder Público como da população em geral, esse tipo de programa passou a fazer parte, recentemente, do interesse de distintos profissionais vinculados a pesquisas, aumentando a produção sobre a temática (BENEDETTI *et al.*, 2012; RECHIA *et al.*, 2012; FERNANDES; SIQUEIRA, 2010; PRADO *et al.*, 2010; ESTEVES *et al.*, 2010; ESTEVES *et al.* 2012).

A APPI é um projeto de origem chinesa, adaptado à população brasileira e é composta por agrupamento de dez equipamentos para a prática de exercícios físicos, instalados ao ar livre, tendo como função alongar, fortalecer, desenvolver a musculatura em geral e trabalhar a capacidade aeróbica, constituindo-se como uma maneira de trabalhar diferentes capacidades físicas (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010), ou seja, como forma de exercitar as qualidades físicas motoras passíveis de treinamento. Cada aparelho dispõe de uma placa que indica que os equipamentos não são recomendados para crianças.

Em Vitória/ES, o projeto APPI encontra-se ligado à Lei Municipal nº 7.958 (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2010a) que cria o programa “Vitória Mais Saudável”. Essa lei se constitui como um estímulo à população, em especial aos idosos e às pessoas com deficiência, para adoção de modos de vida diferentes, com ênfase na prática de atividade física, na reeducação alimentar e no controle do tabagismo.

---

<sup>1</sup> Podem ainda aparecer distintos nomes para caracterizar o programa, o que será apresentado mais adiante. Neste texto, adotaremos a sigla APPI para se referir a ele.

Associado ao que está instituído no preceito legal acima descrito, existe aquilo que pode ser visto a partir da relação do espaço público com as maneiras de apropriação dos distintos usuários da APPI.<sup>2</sup> Destaca-se que essa relação se encontra vinculada tanto a aspectos físicos do espaço em questão, caracterizados pela estrutura do entorno, quanto às possibilidades criadas a partir dos desejos e intenções não satisfeitos na construção do ambiente. Neste ponto, coloca-se um elemento-chave para a apropriação dos espaços públicos: a atratividade do espaço. Tal processo pode ser entendido como a qualidade de um local que acaba por gerar essa aproximação e, conseqüente, apropriação (MENDONÇA, 2007). Sendo assim, se qualquer indivíduo não consegue se sentir parte ou mesmo fazer uso de determinado espaço, independente se atendendo a demanda daqueles que planejam e executam o projeto (gestor público) ou se aos desejos e necessidades deles mesmos, é evidente que não ocorre a apropriação (RECHIA *et al.*, 2012).

A APPI pode desempenhar distintos papéis a depender de quem a utilize, apresentando, dessa forma, flexibilidade no seu uso. Pode-se dizer que não existe função fixa, mesmo que formalmente constituída para finalidade específica.

A partir destes elementos busca-se direcionar o olhar para os frequentadores do Módulo da Praia de Camburi (MPC). Esse objetivo de centrar a atenção não no programa propriamente dito, mas nos usos e apropriações dos seus frequentadores, conduziu-se à opção pela investigação inspirada em determinados aspectos de uma etnografia. Visou-se detectar as práticas cotidianas que fortalecem o uso do MPC como espaço público, bem como práticas e conflitos que enfraquecem o uso desse espaço.

---

<sup>2</sup> Complementando o conceito acima descrito, Carlos (2001) compreende a apropriação como: “[...] atividade humana que se realiza pelo homem em torno do ser humano e nele engloba seus sentidos, sensibilidade, necessidade e desejos. Realiza-se com base em uma estratégia que escapa à equivalência (imposta pela troca) e ao homogêneo (imposto pela norma) e faz aflorar o diferente – é a multiplicidade na heterogeneidade, o que acentua seu caráter apropriador” (CARLOS, 2001, p. 216).

Compreende-se, portanto, que todas as atitudes dos distintos indivíduos fazem sentido, sendo necessário, para tanto, imergir no contexto a fim de compreendê-lo (WHYTE, 2001).

A partir do que foi apresentado nessa introdução, o trabalho está estruturado da seguinte forma. Na primeira parte, apresenta-se a descrição das estratégias metodológicas utilizadas. Em seguida, as análises provenientes do campo de pesquisa em que serão tematizados quatro aspectos: o primeiro (Sobre o Módulo da Praia de Camburi e seu entorno) concerne à aproximação com o lócus de pesquisa e inserção no mesmo, caracterização do local de pesquisa, bem como uma ênfase na estrutura e localização como estímulos à apropriação por parte dos usuários; o segundo (“Associando-se” ao MPC: práticas de sociabilidade no Módulo da Praia) refere-se a maneira como os usuários fortalecem ou criam novos laços de sociabilidade/sociação no MPC; o terceiro (Relações de pertencimento no MPC) relaciona-se à maneira como os usuários desenvolvem um sentido de fazer parte do MPC e de que maneira isso interfere na sua forma de ser e estar naquele espaço; o quarto (Desconhecidos: corpos de passagem na APPI/MPC) refere-se a um tipo de usuário que está de passagem pelo MPC sem estabelecer um sentimento de fazer parte do mesmo. Ao final, apresenta-se as considerações, onde se realiza apontamentos a respeito da pesquisa.

### **Metodologia**

A investigação foi desenvolvida no espaço do Módulo da Praia de Camburi, no bairro Jardim da Penha, na cidade de Vitória/ES. Este trata de um bairro de classe média localizado na região continental de Vitória. Hoje o bairro está praticamente todo ocupado por funcionários públicos, estudantes universitários e profissionais liberais,

caracterizando uma população jovem e um comércio autossuficiente (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2016). O bairro possui um índice de qualidade urbana de 0,79, ocupando dessa forma o 6º lugar no ranking dos bairros de Vitória.<sup>3</sup>

A ida a campo teve como recorte temporal o período entre setembro de 2013 e janeiro de 2014 e as entrevistas foram realizadas na mesma época. Realizou-se observações sistemáticas (WHYTE, 2001) associadas a cinco entrevistas semiestruturadas com frequentadores do módulo.

As observações aconteceram três vezes por semana (18 e 19 horas), durante o período de 17 semanas. Frequentou-se o turno vespertino e noturno, variando o número de visitas durante a semana, os dias da semana e os horários para observações, conversas e anotações.

Através da observação sistemática do dia a dia do MPC pode-se verificar as formas de uso feitas pelos usuários. Este procedimento permitiu produzir informações sobre as atividades dos usuários, sobre seus comportamentos. A observação participante assumiu papel significativo na pesquisa qualitativa por possibilitar o envolvimento com os atores da realidade investigada (OLIVEIRA, 1996). Desse modo, para conhecer o comportamento dos usuários e os diferentes níveis de apropriação do local pesquisado, foram realizadas observações comportamentais, a partir do olhar, registradas em diário de campo. Segundo Oliveira (1996):

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo – ou no campo – esteja na domesticação teórica do seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a

---

<sup>3</sup> Índice de Qualidade Urbana por bairros referente ao ano de 2000, calculado a partir dos dados do Censo do IBGE realizado em 2000. No município de Vitória-Es foi instituído desde 1991, o Índice de Qualidade Urbana por bairros – IQU que reúne indicadores como escolaridade, renda, ambiente e habitação. Disponível em: [https://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/indicadores/iqumaior\\_menor.asp](https://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/indicadores/iqumaior_menor.asp). Acesso em: 17 mar. 2016.

investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade.

Para auxiliar na apreensão daquilo que era “visto” e “ouvido” (OLIVEIRA, 1996) no campo, fez-se uso de um *smartphone*, que funcionou como um diário de campo, no qual se registrou anotações durante e no término das observações.

O diário fez emergir questões importantes, visto que parece remeter a um processo de escuta de si mesmo. Foram feitas observações pautadas no olhar, como se estivesse contando uma história, sobre o que foi edificado até o momento da pesquisa. Sobre isso, Nascimento e Ibiapina (2013, p. 6) afirmam que:

Narrar história de forma escrita consiste em narrar a história para si mesmo, organizando diálogo interior com sua pessoa, tomando consciência sobre sua existência, compreendendo sua trajetória de vida pessoal e profissional. Dessa forma, as narrativas escritas têm efeito formador por si só porque transporta o narrador para o campo de reflexão sobre si mesmo.

A este respeito, Nascimento e Ibiapina (2013, p. 3) compreendem a narração como “[...] a produção de conhecimentos interligados que quando organizados compõem história possível de serem retransmitidas e compreendidas, expressando visão específica situada no tempo e no espaço”. Esse processo de narrar o que foi visto e o que foi ouvido foi utilizado na pesquisa para potencializar a construção de dados e, também, por ser considerado como um procedimento de formação que permite uma reflexão a respeito das experiências relacionadas ao objeto de pesquisa, além de permitir que, ao mesmo tempo em que o indivíduo organiza suas ideias para fazer determinado

relato, reconstrói suas experiências e, ao refletir sobre elas, produz novos elementos para a pesquisa.

Dito isso, pôde-se, através da imersão nas entrevistas, alargar a possibilidade de acesso ao universo de significações dos usuários (STIGGER, 2002). A entrevista foi composta por um total de 11 perguntas, tendo como foco a identificação do perfil dos usuários dos módulos, a frequência desses usuários e as relações que estabelecem com o espaço e com os outros usuários, além das motivações que os levam ao lócus de pesquisa e o que os afastam daquele local.<sup>4</sup> Os contatos iniciais com os usuários do módulo associado à inserção no campo contribuíram para a formulação da entrevista.

Antes de realizar a entrevista, os sujeitos responderam a um termo de consentimento livre e esclarecido. Para tanto, foi feita uma pré-seleção inicial para a escolha dos entrevistados, atendendo aos seguintes critérios: ter disponibilidade para atender ao pesquisador; frequentar o módulo há mais de três meses;<sup>5</sup> ter mais de 60 anos.

Algumas das características referentes aos entrevistados, que permitem a melhor compreensão dos possíveis leitores desse estudo, são:

- Neide: 60 anos, ensino superior completo, é professora e vai ao módulo com a família frequentemente;
- Fernando: 63 anos, é casado, possui o segundo grau completo, exerce atividade administrativa e frequenta a academia há um ano;

---

<sup>4</sup> Antes da realização das entrevistas, submetemos o projeto à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) a fim de obter posicionamento referente à procedimentos metodológicos citados no corpo dessa dissertação. A pesquisa teve parecer favorável após apreciação, sob número de parecer: 616.184 e CAAE: 19789114.8.0000.5542, sendo possível estabelecer os procedimentos aqui mencionados.

<sup>5</sup> Exceção se dá em relação ao usuário que se caracteriza como “desconhecido”. Não foi necessário que esse usuário frequentasse o módulo há mais de três meses.

- Josefa: tem 67 anos, é costureira, não é casada, mora sozinha e frequenta a academia há 10 meses;
- Cássio: tem 65 anos, é casado é aposentado e frequenta a academia há um ano;
- Jonival: tem 70 anos e não faz uso do módulo com frequência.<sup>6</sup>

De maneira geral, os usuários idosos do MPC são indivíduos de diferentes estratos sociais, com formação cultural e profissional bastante diversa (foi possível identificar professor, advogado, costureira, administrador, dentre outros). Em sua maioria, são moradores da região de Jardim da Penha, que se deslocam em poucos minutos das suas residências até o módulo. Pode-se observar, ainda, usuários que são originários de outros locais, dentre os quais, turistas.

É importante ressaltar que, com exceção das entrevistas, o empreendimento não foi realizado com um grupo fechado de usuários. Diante disso, faz-se referência aos usuários entrevistados, bem como àqueles que estabeleciam contato recorrente com o pesquisador, ou mesmo aqueles que não mantinham contato, mas estavam presentes nos momentos de realização da pesquisa.

Assim, outras informações também foram obtidas com outros usuários do programa durante a observação do campo. Da mesma forma, utilizou-se nomes fictícios ao usar alguma informação relativa aos mesmos.

A entrevista foi aplicada em um local improvisado: nos bancos próximos ao módulo. A aplicação de cada entrevista durou cerca de 30 minutos, mas, a depender dos elementos que surgiam, o diálogo se estendia.

---

<sup>6</sup> Gostaríamos de esclarecer que todos os nomes empregados para identificar os informantes desta pesquisa são fictícios.

Nas primeiras semanas de observação houve a caracterização do espaço físico e do seu entorno. Fez-se um levantamento das diferentes estruturas pertencentes ao MPC e nos arredores do referido local. Foram estabelecidos os seguintes itens:

- a) edificações do entorno do MPC;
- b) mobiliário existente no espaço pesquisado (bancos, cobertura contra chuva, rampas, lixeiras etc.

Observou-se que o local de pesquisa é frequentado por idosos, jovens, adultos e crianças, que compartilham o mesmo local. Conforme informações obtidas logo nos primeiros contatos, percebeu-se que se trata de um quadro bastante heterogêneo, em que os idosos, população investigada, possuem aspirações distintas no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades no lócus de pesquisa. É válido ressaltar que o campo é constituído de universos bem particulares, onde se observou certa liberdade e imprevisibilidade, o que tornou o empreendimento mais desafiador.

O que foi visto/ouvido foi organizado, durante a pesquisa, a partir de seis eixos: localização e estrutura; materiais esportivos; sociabilidade; relações de pertencimento; autonomia e desconhecidos. Na interpretação desses eixos, valeu-se de autores do campo do lazer, como Simone Rechia e Marco Paulo Stigger, que tematizaram sobre os espaços públicos de lazer bem como de intelectuais reconhecidos, como Georg Simmel, que tematizou sobre conceito o conceito de sociação/sociabilidade, que se mostrou importante durante o trabalho de campo.

A partir da vivência direta da realidade do MPC associada ao diálogo com a literatura, interpretou-se os dados e optou-se em separar, neste artigo, o produto dessa interpretação em quatro tópicos para tornar mais didática a compreensão. Trabalhou-se com a ideia de desmontar a estrutura e os elementos desse produto para esclarecer suas

diferentes características e extrair sua significação e classificação nos seguintes tópicos (citados anteriormente na introdução deste artigo): "Sobre o Módulo da Praia de Camburi e seu entorno"; "Associando-se ao MPC: práticas de sociabilidade no Módulo da Praia"; "Ser ou não ser: relações de pertencimento no MPC" e "Desconhecidos: corpos de passagem na APPI/MPC".

### **Sobre o Módulo da Praia de Camburi e seu Entorno**

O MPC fica localizado na Av. Dante Micheline (possivelmente, a via mais movimentada do bairro Jardim da Penha), entre a Av. Luís Manoel Veloso e a Rua Eugenílio Ramos na cidade de Vitória/ES. Essa região é composta por muitos hotéis, prédios residenciais, além de estabelecimentos comerciais, como sorveterias e restaurantes. O módulo está instalado no calçadão da praia. No entorno do módulo, observou-se a presença de vendedores ambulantes, módulo do Serviço de Orientação ao Exercício (SOE),<sup>7</sup> módulos móveis privados de treinamento funcional, além dos usuários do calçadão e da praia.

**Figura 1 – Visão do módulo da Praia de Camburi a partir do calçadão**



Fonte: autoria do Pesquisador. 15 de setembro de 2013

<sup>7</sup> O serviço tem o objetivo de orientar e incentivar a prática regular e correta de exercícios; combater o sedentarismo e auxiliar na prevenção e tratamento de doenças crônico-degenerativas não transmissíveis. É oferecido pela Prefeitura de Vitória-ES.

No entorno do MPC e com inteira relação com esse contexto, encontra-se o calçadão. O calçadão<sup>8</sup> da orla da Praia de Camburi possui 5km de extensão (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2015), contendo espaço para caminhada, corrida, uma ciclovia, alguns deques de madeira com bancos com cobertura para quem quer fugir do sol, além de alguns quiosques, um módulo do SOE e o lócus de pesquisa, o módulo da APPI. O fato de ser um grande “passeio à beira-mar” faz esse local ser bastante procurado pelas características que o identificam como um espaço de lazer.

Identificou-se, a partir das observações, um grande movimento de transeuntes, o que pode ter relação com a sensação de segurança por parte dos frequentadores, sobretudo pela boa iluminação do local e pela presença constante de membros da Guarda Municipal (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2013b). Em trecho de entrevista, Neide indica que “[...] a reputação do lugar é determinante. É importante saber que tem policiamento”.<sup>9</sup>

O calçadão influencia diretamente o uso do módulo da APPI, pois, em se tratando de um local de passagem por parte daqueles que se utilizam desse espaço para realizar as mais diversas atividades de lazer disponíveis, alguns dos potenciais usuários, que parecem desconhecer o programa, param para observar e acabam sendo “chamados” a usar aquele espaço, como se pode observar na fala de Augusta: “Eu não

---

<sup>8</sup> É uma forma de pavimentação de praças ou ruas pedonais, ou seja, destinadas somente a pedestres.

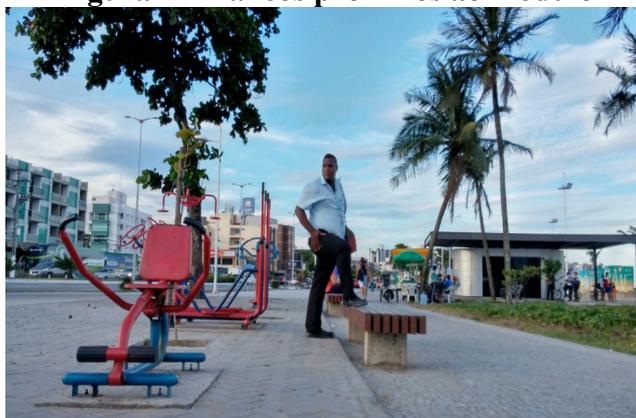
<sup>9</sup> Vitória, ao mesmo tempo em que aparece em alguns rankings como uma excelente cidade para se viver (<https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/06/vitoria-e-classificada-pela-onu-como-2-melhor-idade-para-se-viver.html>), também tem a “fama” de ser insegura e violenta. Embora a cidade conviva com essa situação ambivalente, o MPC está situado em uma região com excelente estrutura urbana (inclusive em relação à segurança) e se enquadra dentro das adjetivações positivas relacionadas aos discursos sobre a cidade de Vitória.

conhecia isso aqui. Agora passei a utilizar porque me atraiu muito os idosos aqui, o fato de ser na praia, ao ar livre”.

Um elemento que se configurou como importante instrumento para que se pudesse aproximar um pouco mais dos usuários está relacionado com a presença de bancos próximos ao módulo, local a partir do qual se pôde observar cada movimento deles. O banco serve ainda como refúgio para aqueles mais cansados após suas atividades, como indica trecho do diário de campo: “Em uma das situações que tornavam aquele local particularmente único, percebi que Augusto, após uma sequência de exercícios, diminui o ritmo e se senta para recuperar o fôlego” (DIÁRIO DE CAMPO, 26 de novembro de 2013). Ainda que o banco não faça parte do desenho estrutural da APPI, ele parece já estar integrado ao módulo da praia.

Pelo fato do módulo ser ao ar livre, torna maior a interação entre usuários e natureza. Exemplo disso acontece quando se senta no banco e se é chamada a atenção por Fernando, que dizia: “É o terceiro bando que passa por aqui hoje. Veja como é bonito. Eles estão indo se alimentar no mangue e amanhã voltam a passar por aqui novamente”, referindo-se a um bando de aves que voavam em sincronia.

**Figura 2 – Bancos próximos ao módulo**



Fonte: autoria do pesquisador. 25 de outubro de 2013.

Nos dias ensolarados, a presença dos usuários é mais perceptível, muitas vezes chamando a atenção dos transeuntes.<sup>10</sup> Além disso, eles têm intensa interação com o mar, que parece inspirar suas atividades. Segundo Fernando, “[...] com a possibilidade de ouvir o mar, para que eu quero um rádio? Prefiro ouvir o som da natureza”.

Diante da análise do que foi percebido e interpretado, compreendeu-se que a “estrutura/localização” funciona como um chamariz e se configura como uma força social<sup>11</sup> (TSCHOKE *et al.*, 2011) tanto na apropriação quanto na reapropriação.<sup>12</sup>

Salienta-se que o espaço do MPC, além de estabelecer relações com elementos urbanos do entorno, pode gerar tanto a potencialização dos usos principais quanto oferecer subsídios para os usos derivados (RECHIA *et al.*, 2012). Segundo Rechia *et al.* (2012, p. 91): “Equipamentos com usos principais indicam prioridade, ou seja, são aqueles que por si só atraem pessoas a um lugar específico, porque funcionam como âncoras”. Os usos principais funcionam como âncoras e atraem pessoas para determinados lugares das cidades. Os usos derivados resultam da dinâmica social que gira em torno desses espaços arquitetônicos, ou seja, são dependentes daqueles que são definidos como âncoras. A apropriação dos espaços depende do significado que os usuários atribuem a ele. Sendo assim, a apropriação é resultado de uma estrutura de relações que envolve os usuários-espaço e usuários-usuários (TSCHOKE *et al.*, 2011).

Para alguns usuários o MPC funciona como de uso secundário. Exemplo disso se dá quando um dos usuários, João, relatou ir ao módulo toda vez que sai do escritório;

---

<sup>10</sup> Muitas pessoas que fazem a passagem pelo calçadão ficam observando o espaço da APPI, principalmente quando este se encontra muito cheio. Em geral, elas não são familiarizadas com os usuários e desconhecem o funcionamento daquele espaço, o que fica evidente pela falta de interação entre eles.

<sup>11</sup> Forças sociais são as ações individuais e coletivas emergentes da sociedade, que de alguma forma irão agir sobre a mesma, ocorrendo tanto na apropriação quanto na (des)apropriação (TSCHOKE *et al.*, 2011).

<sup>12</sup> A reapropriação implica no ato de ressignificar o espaço que foi estabelecido para função específica, mas que assumiu outro significado a partir de um sentido atribuído por aqueles que fazem uso do mesmo para atender objetivo próprio (RECHIA; FRANÇA, 2006).

todavia, se o escritório não fosse próximo desse espaço, isso dificilmente iria ocorrer. Neide afirma: “Eu faço caminhada primeiro e depois venho para cá. Academia para mim é secundária”; para outros usuários o MPC funcionava como de uso principal, pois por si só, “atraiam” os indivíduos que saíam de suas casas para desenvolverem atividade naquele espaço (RECHIA *et al.*, 2012). Em trecho de diário de campo isso fica mais evidente:

Durante uma conversa entre dois usuários, notamos que eles falam sobre o fato de virem desenvolver suas atividades no ‘módulo da praia’ sem ter quaisquer outros interesses além deste. Relatam na conversa que, em outros tempos, até iam fazer caminhada, mas hoje em dia não mais (DIÁRIO DE CAMPO, 11 de novembro de 2013)

Outro aspecto referente a estrutura do MPC e que identificamos durante a fase de pesquisa de campo é que alguns equipamentos do MPC, ao serem retirados para passar por manutenção e não serem repostos, causaram desconforto nos usuários, que tão logo mostraram seu descontentamento: “[...] eu estou pouco satisfeita porque os aparelhos não sofrem manutenção. A de Jardim Camburi<sup>13</sup> está bonita. Agora essa aqui está quebrada” (JOSEFA); “Não tô satisfeito porque tinha mais aparelhos antes, mas quebraram. Deveria ter manutenção” (CÁSSIO); “Eu acho que deveria ter mais aparelhos” (NEIDE); “Não estou satisfeito pelo desleixo. Aparelho quebrado desestimula. O da remada tá quebrado” (JONIVAL).

Em virtude disso, compreendeu-se que a estrutura/localização se configura como uma força social tendo grande influência sobre a apropriação do módulo da praia.

---

<sup>13</sup> Referência ao módulo da APPI instalado na Praia de Camburi, na altura do bairro de Jardim Camburi. Esse módulo está instalado no mesmo calçadão, porém a uma distância de alguns quilômetros.

### **“Associando-se” ao MPC: Práticas de Sociabilidade no Módulo da Praia**

O MPC pode ser compreendido como um espaço estruturado para intervenções ligadas ao desenvolvimento de práticas corporais<sup>14</sup> com diferentes fins, caracterizando-se como um ambiente no qual os sujeitos passam a buscar elementos que vão além da prática da atividade física,<sup>15</sup> aspectos que superam, inclusive, a busca pela estética corporal/melhora de aspectos físicos ligados à saúde.

Com o amadurecimento do trabalho de campo, percebeu-se que alguns usuários aproveitam o espaço físico do módulo para fazer laços ou mesmo estreitar aqueles já existentes. Fatos que corroboram o descrito ficam evidentes quando, por exemplo, os usuários afirmam: “Eu faço aqui todos os dias, de segunda a sexta, há um ano e meio. Conheço muita gente aqui”; “É tão bom, né? Pena que eu não posso vir todo dia” (DIÁRIO DE CAMPO, 17 de novembro de 2013). Isso denota um sentimento de pertencimento local (MENDONÇA, 2007). Segundo Dayrell (2007, p. 1111), a sociabilidade pode “[...] ocorrer em um fluxo cotidiano, seja no intervalo entre as 'obrigações', o ir-e-vir da escola ou do trabalho, seja nos tempos livres e de lazer, na deambulação pelo bairro ou pela cidade”.

Algo que potencializa tanto o estreitamento/manutenção dos laços entre usuários quanto o sentimento de apropriação do espaço do MPC é o movimento e a permanência de pessoas no ambiente, porque, além de gerar maior segurança aos presentes, o movimento de pessoas no calçadão e nos equipamentos faz com que os outros se

---

<sup>14</sup> Na esteira de Carvalho (2010, p. 43), entendemos que as práticas corporais podem ampliar “[...] as possibilidades de encontrar, escutar, observar e mobilizar as pessoas no processo do cuidado, especialmente no que se refere a construção de vínculos e de relações autônomas, inovadoras e socialmente inclusivas de modo a valorizar e otimizar o uso dos espaços públicos de convivência e de produção de saúde.

<sup>15</sup> O conceito de atividade física pressupõe uma concepção instrumental e/ou técnica do movimento, aquém das implicações do cuidado, ainda que seja um elemento indispensável no aprendizado de uma prática corporal. Tradicionalmente, no campo da saúde, esse conceito se restringe à noção de gasto calórico.

interessem, como observa Joana: “[...] eu fico mais estimulada quando eu vejo outras pessoas praticando”. Para Neide, é gratificante porque “[...] você vê as pessoas”. Corroborando essa constatação, Jonival afirma que: “[...] quanto mais movimento melhor”. A respeito do movimento e dos seus produtos Dayrell (2007, p. 1111) afirma: “A sociabilidade expressa uma dinâmica de relações [...] bem como o movimento constante de aproximações e afastamentos, numa mobilidade entre diferentes turmas ou galeras”.

Percebeu-se, também, numa menor proporção, que essa força de movimento que provoca atração tem um determinado limite e que, a partir daí, pode-se configurar em uma força de repulsão. Esse limite é atingido quando o espaço está saturado de pessoas, de modo que ficar aí já não é mais agradável (RECHIA *et al.*, 2012). Augusto faz um destaque a respeito disso: “Não gosto de vir quando tem muita gente aqui. A gente fica sem possibilidade de realizar a atividade ou mesmo bater um papo”.

Por outro lado, por meio das entrevistas e das observações, percebeu-se que há uma grande rotatividade de usuários no MPC, marca de leveza e velocidade, significando para alguns como um “não-lugar” (BAUMAN, 2001; AUGÉ, 2013), desencorajando a ideia de se estabelecer e se constituindo como um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade, enfraquecendo, assim, as referências coletivas.

A partir da observação de que eles têm uma liberdade na sua forma de uso do local, outro aspecto também faz parte da forma de ali vivenciar as atividades. Naquele contexto, o direito de participação é, em grande medida, garantido, uma vez que – desde que haja vagas – ninguém é impedido de usar os aparelhos. Mesmo em casos de excesso de movimento (excesso de pessoas), essa lógica é mantida, conforme retrata o

depoimento de Neide: “Às vezes, já está cheio. Aí tem que esperar [...] mas a gente acaba fazendo”. Assim, avaliou-se que, independentemente de se reconhecerem relações entre estranhos, os usuários costumam respeitar o espaço que é comum a todos. Em geral, a disputa e o compartilhar do espaço é resolvido pela negociação. Para que os interesses dos distintos usuários sejam atendidos, são investidas ações, por parte deles, a fim de solucionarem as suas necessidades. A solução se dá pela aproximação ou pela imposição da sua necessidade, em um ‘espaço’ no momento ocupado por outro usuário. Isso ocorre, por exemplo, quando eles querem fazer uso de um determinado equipamento e este está ocupado por alguém.

Um elemento desagradável sob o ponto de vista de alguns usuários era a presença constante de crianças e adolescentes no MPC. Essa apropriação (MENDONÇA, 2007), por vezes, atrapalha o desenvolvimento das atividades dos idosos causando, em alguns momentos, até certa repulsividade com o espaço visto que eles se põem a esperar a brincadeira das crianças. Fortalecendo isso, Cássio afirma: “[...] às vezes você quer fazer e tem criança fazendo”.

**Figura 3 – Presença de crianças no módulo da praia**



Fonte: autoria do pesquisador. 15 de dezembro de 2013.

Outro aspecto que se quer destacar refere-se ao fato de que, enquanto para alguns usuários o MPC se configura como um lugar intencional de encontro, onde se vai para intensificar laços sociais ou mesmo realizar suas atividades corporais, para outros (desconhecidos), ele atende a uma demanda diversa se constituindo como um espaço acidental (RECHIA; FRANÇA, 2006).

Essa prática de sociabilidade entre os usuários, ainda que possa estar atrelada ao confronto no uso ou mesmo indicar repulsividade quando o movimento de pessoas extrapola o limite do confortável, é, de forma ambivalente, fonte de prazer. O MPC se constitui como um espaço no qual eles tecem relações de proximidade e aconchego. Assim, entende-se que tais práticas sociais supõem trocas entre as pessoas se configurando como uma sociação (SIMMEL, 1983). A sociação começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral de interação. Ela

[...] é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual realizam seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 1983, p. 60).

A sociabilidade, no vocabulário de Simmel, é o tipo de sociação que não possui qualquer fim exterior a ele e que é valorizado em si mesmo, isto é, os indivíduos se associam não em função de um objetivo, mas simplesmente porque valorizam o fato de estarem juntos, embora esse “estar junto” se dê de diversas maneiras. Assim, a sociabilidade, autonomizada de qualquer objetivo concreto e valorizada em si mesma, é a forma lúdica de sociação, porque é propriamente a forma pela qual as pessoas

apreciam a mútua companhia entre elas, a forma do relacionamento sociável, do entretenimento. Em outras palavras, a sociabilidade é uma forma de associação onde as pessoas se reúnem porque querem estar juntas, porque querem ter um momento sociável, sem quaisquer objetivos para além disso. Essas maneiras diversas podem ser relações de aproximação/distanciamento, dominação/subordinação, conflito / convergência, dentre outras. Partindo dessa contribuição, compreendemos que o MPC se caracteriza também como um lócus de sociabilidade visto que, se configura como um espaço de estar com o outro, para o outro e algumas vezes contra o outro.

### **Relações de Pertencimento no MPC**

“É preciso que eles se atentem à manutenção dos aparelhos. A gente até comunica sobre a situação, mas não podemos fazer mais que isso”. Esse foi o relato de Joana a respeito da manutenção dos equipamentos do Módulo da Praia. Por se tratar de um módulo instalado no calçadão da praia, está sujeito à ação da maresia e, por vezes, fica evidente a necessidade de reparo na sua estrutura física.

No entanto, diante da falta de manutenção dos aparelhos, alguns usuários se mostram desconfortáveis porque gostam das relações estabelecidas ali e da interação criada com aquele espaço. Com esse exemplo, buscou-se mostrar como as forças sociais (RECHIA *et al.*, 2012) influem na apropriação (no caso citado, a estrutura do módulo impulsionou a apropriação dos usuários) no sentido de que o usuário pode materializar seu sentimento de pertencimento ao avisar a instância responsável pela manutenção do espaço à situação encontrada ali. Essa circunstância se reflete, sobretudo, na assiduidade dos usuários, como pode ser observado no trecho do diário de campo do dia 8 de janeiro de 2014:

Nota-se que a quebra de um aparelho causou um desconforto tremendo nos usuários. O eixo do aparelho ‘remada sentada’ partiu e com isso as atividades naquele equipamento tiveram que ser suspensas. Isso acabou gerando certo desconforto nos usuários porque é um dos aparelhos mais utilizados por eles. Os relatos de três usuários confirmam o que apresento neste diário: ‘Assim fica difícil de a gente conseguir fazer os exercícios’; ‘Eles precisam fazer a manutenção dos aparelhos’; ‘Acredito que isso seja uma ação de vândalos e nos atrapalha muito’.

Como resultado desse acontecimento, providências foram tomadas pelos próprios usuários a fim de que a informação chegasse mais rapidamente à instância responsável pela manutenção dos módulos da APPI, com o objetivo de sanar logo aquilo que lhes causava descontentamento.

Assim como outros fatores, o aspecto visual, bem como as cores dos equipamentos, podem fazer os usuários se sentirem parte daquele local e do ambiente no qual se encontram. Dessa maneira, entende-se que aspectos funcionam como uma força social atuante neste módulo da praia, que pode ou não criar sentimentos positivos em seus usuários. Percebe-se que a apropriação é influenciada pela beleza, manutenção e limpeza do local, fazendo-os se sentirem mais próximos. Corroborando com isso, Josefa afirma: “Pra quem não gosta de ficar na academia tradicional, eu gostei muito. Aqui é mais bonito”.

Associado ao fator mencionado acima, identifica-se a preocupação dos que desenvolvem certa “rotina” no espaço do MPC. Obviamente a inserção acontece com o passar do tempo, tanto por meio da construção de relação com outros usuários e incorporação de atitudes comuns a eles quanto com o ambiente. Desses aspectos, a assiduidade aparece como um comportamento central no que se refere à preocupação com o espaço. Aqueles que se sentem em “casa” e utilizam o espaço do módulo da praia com certa frequência estabelecem maior interação e preocupação com o lócus de sua

prática. As palavras de Maria expressam o que foi apresentado: “[...] eu faço uso do módulo da praia tem muito tempo e venho cinco vezes na semana”.

Com a rotina de observações, percebeu-se que alguns usuários parecem estar bastante “familiarizados” com a academia, enquanto outros nem tanto, sem saber por onde começar. Considera-se como “familiarizados” os que chegam e se dirigem diretamente aos aparelhos, iniciando o exercício sem maiores complicações. Os “pouco familiarizados” ficavam observando os aparelhos, como se procurassem algum manual ou ajuda, iniciando apenas quando alguém tentava explicar, mesmo de longe. Durante a observação, foi recorrente a ação de alguns solícitos à situação dos “pouco familiarizados” ao se prontificarem a explicar de que forma usá-lo. Como exemplo, pode-se destacar o fato de Miguel indicar para uma usuária como os pés devem estar posicionados durante a realização do exercício “remada sentada”.

Outro aspecto referente às formas de pertencimento ao MPC diz respeito a maneira como os usuários passam a adaptar o uso de determinado aparelho à sua condição específica ou mesmo a sua necessidade configurando esta ação como uma reapropriação (RECHIA; FRANÇA, 2006). Alguns, por exemplo, ao utilizarem o aparelho “pressão de pernas” de forma unilateral, adaptam o equipamento à sua realidade, como se observa pela fala de Gilson: “Eu faço esse equipamento com uma perna só porque não sentia mais esforço utilizando as duas”.

Nota-se, a partir do que foi exposto, que são distintos os motivos que fazem os usuários se sentirem “parte” do MPC, dentre eles: “preocupação com a saúde”; “saída do ambiente doméstico”; “estreitar relacionamentos interpessoais”, que se referem tanto à busca de novas relações sociais quanto ao estímulo da participação em virtude de uma relação preexistente ou de um convite; “acompanhar alguém”, etc.

Vale destacar que ações como as do programa APPI são instituídas a partir da implementação do conceito de “envelhecimento ativo”. Esta proposta teve como objetivo focalizar a mudança de abordagem em relação ao envelhecimento, que anteriormente era visto como momento associado ao patológico. Segundo Fernandes e Siqueira (2010, p. 378):

Nos discursos oficiais, em que a condição de ser idoso é igualada a um estado de fragilidade orgânica e a correr risco de adoecer, individualiza-se o(a) idoso(a) como aquele(a) que não é capaz, que precisa ser cercado(a) de cuidados, de atenção especial. A ele(a) são oferecidas oportunidades – sobretudo de atividades físicas – e sobre ele(a) recai a responsabilidade de a elas aderir para ser saudável. Tais entendimentos sobre o(a) idoso(a) reafirmam os discursos epidemiológicos da saúde, nos quais o risco assume o lugar de predizer e de legitimar as medidas de prevenção em saúde.

Atualmente recai sobre o idoso um sem-número de regras prescritivas geradoras de “autodisciplina” e normas de comportamento, buscando, por fim, uma “boa saúde”.

Ainda que os usuários reproduzam, em alguns momentos, os discursos do gestor público (quando, por exemplo, afirmam buscar um envelhecimento mais saudável), eles rompem com algumas práticas e preceitos preestabelecidos, dando ênfase ao cultivo das potencialidades individuais, ficando mais evidente quando eles se apropriam do espaço de forma diferente da instituída em lei.<sup>16</sup> Isso fica evidente em trecho do diário de campo e de uma entrevista:

Em um momento de diversão um idoso estimula uma criança (eles não se conheciam de outro local), criando uma espécie de tensão relaxante, a competir com ela para ver quem consegue ficar mais tempo no aparelho ‘surf’. Naquele momento percebia-se que o interesse do

---

<sup>16</sup> O espaço é um “condicionante condicionado”, pois sua organização sugere ou muitas vezes impõe certos comportamentos. Porém também é condicionado, visto que pode ser apropriado de diferentes formas além daquela para qual foi planejado. Ainda de acordo com a autora, “[...] o espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social, mas a relação entre ambos” (LUCHIARI, 1996, p. 217).

idoso era interagir com aquela criança e assim se sentir mais ‘em casa’. Depois foi possível perceber o quanto uma ação pode estreitar os laços de sociabilidade que originalmente não existiam fora da APPI, quando seu João, a partir da sua experiência, ajuda uma criança a se posicionar de forma adequada no aparelho (DIÁRIO DE CAMPO, 12 de novembro de 2013).

[...] eu venho com minha família porque acredito que este também é um lugar para a gente se divertir, melhorar nossos laços (NEIDE).

Ainda que haja a configuração de um local onde a sociabilidade tem vez, muitos usuários se caracterizam pelo anonimato (STIGGER, 2002) e, como tal, fazem suas atividades sem desenvolver interação com os outros usuários. Passam pelo módulo sem considerá-lo como um “lugar” (RECHIA; FRANÇA, 2006), constituindo-se como estranhos (BAUMAN, 2001) e como um espaço que permanece aberto e que convida à ação (TUAN, 1983). Um exemplo deste tipo de usuário será tratado na sequência.

### **Desconhecidos: Corpos de Passagem na APPI/MPC**

Não foram poucas as vezes que se identificou passantes. São pessoas, aqui denominadas desconhecidos, que chegam de forma anônima (STIGGER, 2002) ao módulo da praia, com interesse de fazer uso dos equipamentos, mesmo de forma pontual. Alguns frequentam o local com pouca regularidade, mas sem necessariamente estabelecer uma maior interação com o espaço lócus da pesquisa. Como praticam suas atividades em um local público, cujo espaço deve ser compartilhado, e por vezes disputado, e também por provavelmente desconhecerem o funcionamento da APPI, eles aparentemente se sentem pouco convictos sobre utilizarem o módulo de forma frequente, como relata Dolores: “[...] eu quase não venho aqui. Nem sei se preciso fazer cadastro para usar os aparelhos”.

Ao contrário dos usuários que mantêm uma interação com o espaço do MPC e mesmo com as pessoas que o frequentam, os desconhecidos não têm uma origem localizável naquele local, ou seja, “não sabem” como e quando chegaram ali, como relata Jonival: “[...] venho me exercitar quando posso. Não sei exatamente quantas vezes vim aqui (dá uma pausa e fica pensando), mas sei que foram poucas. Também não te saberia dizer quando comecei a vir aqui”.

Os contatos com esses usuários se deu de forma mais distante, porque era difícil estabelecer um diálogo, pois eram vistos uma única vez ou pouquíssimas vezes, ainda que a frequência no módulo da praia ocorresse sempre no mesmo horário. Em entrevista, Augusto relata que: “[...] por coincidência você me encontrou aqui hoje. Eu nunca sei quando venho, apesar de gostar”.

Parte desse grupo de desconhecidos é composta por turistas que frequentam a Praia de Camburi ou mesmo o calçadão da praia e, por curiosidade, eles se põem a observar e, algumas vezes, utilizam os equipamentos do MPC.<sup>17</sup>

Assim, de uma maneira mais geral, o conhecimento que as pessoas têm umas das outras, no espaço do módulo da praia, é superficial. Os desconhecidos dificilmente interagem com os frequentadores mais assíduos. Percebe-se uma rede de interação entre os usuários mais assíduos e pouco ou nenhum contato entre desconhecidos com aqueles que se sentem parte daquele espaço. Os frequentadores assíduos construíram uma sociabilidade a partir do movimento de aproximações e afastamentos entre os mesmos (DAYRELL, 2007). Ainda assim identificou-se que a grande rotatividade de usuários é uma marca do MPC, provavelmente por se situar no calçadão da Praia de Camburi, um dos principais redutos do lazer da cidade de Vitória.

---

<sup>17</sup> Chegamos a essa conclusão após conversas informais com alguns desses “desconhecidos” e após a visualização de conversas entre eles.

A rotatividade presente no MPC fica evidente pelo fato de não haver uma exigência de compromisso com relação à atividade desenvolvida ali. Existe uma grande flexibilidade na forma de participar do dia a dia do Módulo da Praia, sobretudo porque se trata de um local sem catracas, fazendo com que os *desconhecidos* não se sintam intimidados em fazer parte, mesmo que raras vezes, daquele local. Tomando por base que se falou de um local ao ar livre e sem catracas, ou seja, um local aberto, esse espaço convida à ação, como afirmam Rechia e França (2006, p. 67):

O que chama a atenção no meio urbano é a estreita vinculação entre os lugares abertos e as práticas corporais lúdicas, em que o lazer vivenciado diferencia-se, de certa forma, da perspectiva consumista, circunstancial, funcional, em que o mero entretenimento satisfaz temporariamente as necessidades humanas gerando muitas outras, por meio do consumo de mercadorias.

### **Considerações Finais**

Diante das situações vivenciadas, conforme sintetizado nas páginas anteriores, buscou-se compreender os usos e apropriações do Módulo da Praia de Camburi por parte dos usuários idosos.

Todos esses modos de se apropriar do espaço, expressando características peculiares, fazem parte desse ambiente de estudo e são, portanto, elementos constitutivos dos sentidos que representam para cada um dos usuários (STIGGER, 2002). Isso torna evidente que são feitos diferentes usos da prática corporal/atividade física, muitas vezes opostos àqueles cujo sentido social dominante lhe atribui.

É, então, com esses personagens e com a dinâmica de uso aqui sintetizada que o MPC tem se constituído como um espaço destinado ao desenvolvimento da atividade física, podendo ele ser apropriado de uma forma “particular” diferente da instituída na elaboração e construção do projeto. Ao serem captadas no processo investigativo e

inseridas num conjunto inteligível e coerente de significados, foram essas expressões, comportamentos e atitudes, apresentadas aqui, que ofereceram os elementos permitindo a compreensão do universo do módulo da praia. Conforme o descrito, são esses aspectos que, juntos, permitem identificar esse contexto cultural.

No entanto, entende-se que a interpretação não dá conta de apreender todos os elementos constituintes do lócus da pesquisa. Segundo Augé (2013, p. 47), “[...] se o etnólogo fica evidentemente tentado a identificar aqueles que estudam com a paisagem onde os descobre e o espaço que eles informaram, não ignora mais do que eles as vicissitudes de sua história, sua mobilidade [...]”.

Com base nessas interpretações, pode-se afirmar que o universo em questão não é homogêneo; ao contrário, é muito heterogêneo. Isso se deve ao fato de esse espaço estar “povoado” por pessoas diferentes nos seus interesses e motivações com relação ao programa estudado. Associado a isso se tem o confronto entre aquilo que é difundido como premissa para o programa em questão (estilo de vida mais ativo para a população idosa) e os interesses dos usuários do programa, que são diversos e atendem a diferentes necessidades e desejos.

Os usuários entrevistados aproximam-se, na medida em que – mesmo com diferenças entre si – a maioria deles desenvolve suas atividades como um meio para o atendimento de determinado objetivo, ou seja, buscam atender a uma meta que esteja ligada à melhoria de saúde e/ou sociabilidade.

Porém, o objetivo não foi generalizar o que se encontrou no campo, sobretudo por se tratar de um universo tão peculiar. Acredita-se que esta investigação demonstra a dificuldade que enfrentam os pesquisadores que tentam descrever e interpretar uma realidade tão diversa como a apresentada no MPC que, diferentemente de outros

espaços, não se constitui em um grupo fechado e, portanto, torna o empreendimento mais desafiador.

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2013.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENEDETTI, T. R. B. *et al.* Programa “Vamos” (Vida Ativa Melhorando a Saúde): da concepção aos primeiros resultados. **Revista Brasileira Cineantropometria Desempenho Humano**, v. 14, n. 6, p. 723-737, 2012.

BRASIL. Constituição. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 1994.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília: secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

\_\_\_\_\_. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília, Cadernos de Atenção Básica, n. 19, 2006.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na Metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CARVALHO, Y. M. **As práticas corporais como práticas de saúde e de cuidado no contexto da promoção da saúde**. Tese de livre docência. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.** - Especial, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, Campinas, outubro de 2007.

ESTEVES, J. V. D. C. *et al.* Estilo de vida de praticantes de atividades físicas em academias da terceira idade de Maringá - PR. **Conexões**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 119-129, jan./abr. 2010.

\_\_\_\_\_. *et al.* O uso de academias da terceira idade por idosos modifica parâmetros morfofuncionais? **Acta Scientiarum. Health Sciences**, Maringá, v. 34, n. 1, p. 31-38, jan./jun. 2012.

FERNANDES, W. R.; SIQUEIRA, V. H. F. Educação em saúde da pessoa idosa em discursos e práticas: atividades físicas como sinônimo de saúde. **Interface**, v. 14, n. 33, p. 371-385, abr./jun. 2010.

GOLDMAN, S.N. “As dimensões sociopolíticas do envelhecimento”. In: PY, L. *et al.* **Tempo de envelhecer**: percursos e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2004. cap. 3, p. 61-81.

LUCHIARI, M. T. D. P. A categoria espaço no território social. **Temáticas**, Campinas, v. 4, n.7, p. 191-238, jan./jun. 1996.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Uerj, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

NASCIMENTO, S. M. S. do; IBIAPINA, I. M. L. de M. **Narrativa profissional**: um estudo em construção. Teresina, 2013. Disponível em: <[https://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt2/GT2\\_2006\\_15.PDF](https://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt2/GT2_2006_15.PDF)> . Acesso em: 20 dez. 2013.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 17-36, 1996.

PRADO, A. K. G. *et al.* Efeito agudo e crônico de um programa de atividades físicas realizado no “playground da longevidade” nos estados de ânimo de idosos. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 517-526, 3. 2010.

PREFEITURA DE VITÓRIA. **Academia popular da pessoa idosa**. 2010. Disponível em:  
[http://sistemas.vitoria.es.gov.br/vitoriainovando/artigos/2010/academiapopulardapessoa\\_idosaappi.pdf](http://sistemas.vitoria.es.gov.br/vitoriainovando/artigos/2010/academiapopulardapessoa_idosaappi.pdf) . Acesso em: 10 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.958 – Programa Vitória mais Saudável**. 2010a. Disponível em:  
<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2010/L7958.PDF> . Acesso em: 18 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. 2013B. Disponível em:  
<<https://www.vitoria.es.gov.br/semsu.php?pagina=oquee>> . Acesso em: 24 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. 2015. Disponível em:  
[https://www.vitoria.es.gov.br/turista/praias#a\\_praiadecamburi](https://www.vitoria.es.gov.br/turista/praias#a_praiadecamburi). Acesso em: 28/12/2015.

\_\_\_\_\_. 2016. Disponível em:  
<https://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao6/jardimdapenha.asp>. Acesso em: 08/04/2016.

RECHIA, S.; FRANÇA, R. O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação? In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. (Org.). **Esporte e lazer**: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí: Fontoura, 2006.

\_\_\_\_\_. *et al.* As forças sociais de estrutura, estética e movimento: a dinâmica da apropriação do Parque Cachoeira. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 85-106, abr./jun. de 2012.

SIMMEL, G. **Simmel: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

STIGGER, M. P. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados, Chancela editorial Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2002.

TSCHÖKE, A. *et al.* As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. **Movimento**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.117-135, 2011.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

#### **Endereço dos Autores:**

Vinnicius Camargo Laurindo  
Rua Francisco Eugenio Mussiello, 1090 - apto 403  
Edifício Amazonas – Jardim da Penha  
Vitória – ES – 29.060-290  
Endereço Eletrônico: [vinnivix@yahoo.ca](mailto:vinnivix@yahoo.ca)

Ivan Marcelo Gomes  
Rua Guaracy de Oliveira Assis, 2 - apto 401  
Edifício Oxumaré - Jardim da Penha  
Vitória – ES – 29.060-150  
Endereço Eletrônico: [ivanmgomes@hotmail.com](mailto:ivanmgomes@hotmail.com)

Felipe Quintão de Almeida  
Rua ludwik macal, n. 435, ap. 301, bloco A  
Jardim da Penha  
Vitória – ES – 29.060-300  
Endereço Eletrônico: [fqalmeida@hotmail.com](mailto:fqalmeida@hotmail.com)